

VOL I

POR PALAVRAS E GESTOS

A ARTE DA LINGUAGEM

Mauriceia Silva de Paula Vieira
Patrícia Vasconcelos Almeida
(Organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS
2020

VOLI

POR PALAVRAS E GESTOS

A ARTE DA LINGUAGEM

Mauriceia Silva de Paula Vieira
Patrícia Vasconcelos Almeida
(Organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS
2020

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Diagramação: Helber Pagani de Souza
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editora Chefe:

Prof^ª Dr^ª Antonella Carvalho de Oliveira

Organizador:

Wilson Noé Garcés Aguilar

Bibliotecário:

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^ª Dr.^ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^ª Dr.^ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Prof.^ª Dr.^ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof.^ª Dr.^ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College - USA
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín - Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^ª Dr.^ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^ª Dr.^ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo

Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca - Colômbia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P832 Por palavras e gestos [recurso eletrônico] : a arte da linguagem vol I /
Organizadoras Mauriceia Silva de Paula Vieira, Patricia
Vasconcelos Almeida. – Curitiba, PR: Artemis, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-10-1

DOI 10.37572/EdArt_101310720

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Vieira, Mauriceia Silva de
Paula. II. Almeida, Patricia

CDD 469

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1999, p.113).

A língua/linguagem, em sua essência, é constitutiva da espécie humana, uma vez que o homem - um ser de linguagem – constrói-se como sujeito por meio da relação dialética que estabelece com seus pares. Nessa relação, a palavra institui-se como ponte entre o “eu e o “outro”. Os fios discursivos, os diferentes modos de dizer e as múltiplas linguagens que se entrecruzam, se complementam e se orquestram.

Em uma sociedade cada vez mais plural e multicultural essas diferentes linguagens reverberam um modo de significar a realidade e expressam não só subjetividades, mas também identidades sociais e culturais. A presença de tecnologias variadas, mediando as interações e trazendo novas nuances para a produção, a difusão e a circulação do saber, requer um olhar cuidadoso sobre as práticas de leitura, de escrita e de oralidade, sobre os letramentos e sobre o ser humano e o conhecimento. Coloca, ainda, como imperativa a formação crítica do sujeito para atuar na contemporaneidade.

Nesse viés, o texto e o discurso, em suas diferentes abordagens epistemológicas, transcendem a primazia dada ao verbal e constituem-se como espaços de reexistência, e porque não de resistência e de batalhas? Assim, as várias vozes que se fazem presentes neste primeiro volume do livro *Por palavras e gestos: A Arte da Linguagem* brindam o leitor com pesquisas que discutem temas relevantes para os estudiosos da área que buscam a compreensão sobre intrincadas questões presentes na contemporaneidade. E, convidam o leitor ao diálogo.

Mauriceia Silva de Paula Vieira
Patricia Vasconcelos Almeida

SUMÁRIO

LETRAMENTOS E LITERATURA

CAPÍTULO 1	1
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: LENDO E ESCRREVENDO NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA UNIDADE INTEGRADA WOLNEY MILHOMEM – CAIC	
Ana Patrícia Sampaio Pereira Geirlane Fontineles da Silva Martins Vanessa Gonçalves Candido Rodrigues	
DOI 10.37572/EdArt_1013107201	
CAPÍTULO 2	13
LETRAMENTOS DE REEXISTÊNCIA NA PERIFERIA DE FORTALEZA: UM ESTUDO SOBRE MEDIAÇÃO DE LEITURAS NO PROGRAMA VIVA A PALAVRA	
Vanusa Benício Lopes Claudiana Nogueira de Alencar	
DOI 10.37572/EdArt_1013107202	
CAPÍTULO 3	24
VOZES DE OUTRO GOLPE	
Laís Vidal de Negreiros Batista José Edilson de Amorim	
DOI 10.37572/EdArt_1013107203	
CAPÍTULO 4	39
OUTRO TRAJETO DA NARRATIVA OPERÍSTICA	
Gandhia Vargas Brandão	
DOI 10.37572/EdArt_1013107204	
CAPÍTULO 5	49
IMAGEM E ESTÉTICA: A HEGEMONIA HOLLYWOODIANA E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA	
Johanna Gondar Hildenbrand Francisco Ramos de Farias	
DOI 10.37572/EdArt_1013107205	
CAPÍTULO 6	60
GOTA D'ÁGUA: TESSITURAS DIALÓGICAS COM O MITO DE EURÍPEDES	
Amanda Ramalho de Freitas Brito	
DOI 10.37572/EdArt_1013107206	
PRODUÇÃO ESCRITA	
CAPÍTULO 7	70
ANÁLISE DE PRODUÇÕES: UM ESTUDO DA ESTILÍSTICA LÉXICA	
Diná Tereza de Brito Suellen Arcanjo de Godoy	
DOI 10.37572/EdArt_1013107207	

CAPÍTULO 8 82

O LUGAR DA ORALIDADE E DA ESCRITA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Manoel Cândido Nogueira

Jocilene Mateus Amâncio

Maria de Fátima Araújo Silva

DOI 10.37572/EdArt_1013107208

CAPÍTULO 9 92

O JOGO CAMALEÔNICO DO ANÚNCIO PUBLICITÁRIO: IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS NA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E RECEPÇÃO DO GÊNERO

Paula Silva Abreu

Mauriceia Silva de Paula Vieira

DOI 10.37572/EdArt_1013107209

O DISCURSO SOB MÚLTIPLOS OLHARES

CAPÍTULO 10 106

O DISCURSO NARRATIVO COMO RECURSO PARA OS SUJEITOS-ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS EXPRESSAREM SUA SUBJETIVIDADE

Josiane Aparecida de Paula Bartholomeu

Filomena Elaine Paiva Assolini

DOI 10.37572/EdArt_10131072010

CAPÍTULO 11 119

O DISCURSO DA COMUNIDADE SURDA EM REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA PARA A PRÁTICA DE ENSINO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CLASSES INCLUSIVAS

Flávia Pieretti Cardoso

DOI 10.37572/EdArt_10131072011

CAPÍTULO 12 131

INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO: ALGUNS SENTIDOS POSSÍVEIS

Lisiane Flores de Oliveira Strumiello

DOI 10.37572/EdArt_10131072012

CAPÍTULO 13 139

O DISCURSO TRANSFEMINISTA E O ABALO DAS EVIDÊNCIAS DO SEXO: REUNINDO REFLEXÕES A RESPEITO DA CISGENERIDADE

Beatriz Pagliarini Bagagli

DOI 10.37572/EdArt_10131072013

CAPÍTULO 14 152

SOBRE FALA, ESCUTA E ETIQUETA – ENCONTRO E DESENCONTROS COM MULHERES INDÍGENAS

Ivânia Maria Carneiro Vieira

DOI 10.37572/EdArt_10131072014

CAPÍTULO 15	164
BIBLIOTECAS DIGITAIS, DIREITOS AUTORAIS E O COMPARTILHAMENTO DE MATERIAIS (NÃO) AUTORIZADOS NO ESPAÇO DIGITAL	
Natália Rodrigues Silva	
DOI 10.37572/EdArt_10131072015	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	177
ÍNDICE REMISSIVO	178

O DISCURSO TRANSFEMINISTA E O ABALO DAS EVIDÊNCIAS DO SEXO: REUNINDO REFLEXÕES A RESPEITO DA CISGENERIDADE

Data de submissão: 13/05/2020

Data de aceite: 20/07/2020

Beatriz Pagliarini Bagagli

Universidade Estadual de Campinas - Instituto de
Estudos da Linguagem
Campinas – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/6602183606546784>

RESUMO: O transfeminismo, ao propor representar sujeitos cujas expressões de gênero são tidas como da ordem do abjeto, se torna capaz de construir uma crítica ao mundo semanticamente normal do sexo. Partindo de um diálogo com a Análise do Discurso, procuro compreender os processos de resistência transfeministas como formas com que este discurso produz um olhar em relação aos corpos sexuais que lhes devolva a opacidade na medida em que novas relações de alteridade são construídas pela linguagem. Abordamos a noção de cisgeneridade e transgeneridade como posições relativas que se estabelecem nas relações de poder e articulamos estas questões de identidade de gênero com a de enunciação, nomeação, silêncio, interlocução e irrompimento de sentido. Entendemos que o gesto de nomeação da cisgeneridade torna possível a reciprocidade na interlocução entre sujeitos trans e cis.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Análise do Discurso. Subjetividade. Gênero. Transexualidade.

TRANSFEMINIST DISCOURSE AND THE SHOCK OF EVIDENCE OF SEX: GATHERING REFLECTIONS ABOUT CISNESS

ABSTRACT: Transfeminism proposes to represent subjects whose expressions of gender are seen as abject, thus it becomes able to build a critique of the semantically normal world of sex. Based on a dialogue with Discourse Analysis, we try to understand transfeminists resistance processes as ways in which this discourse produces a view in relation to sexed bodies that return them the opacity, according as new relationships of otherness are constructed by language. We approach the notion of cisness and transness as relative positions that are established in power relations and articulate the issues of gender identity with the notions of enunciation, naming, silence, interlocution and eruption of meaning. We understand that the gesture of naming the cisness makes possible the reciprocity in the dialogue between trans and cis subjects.

KEYWORDS: Feminism. Discourse Analysis. Subjectivity. Gender. Transexuality.

1 . TRANSFEMINISMO E QUESTÕES DE LINGUAGEM

Para a construção deste artigo, parto do texto inicialmente publicado nos anais do ENELIN de 2015 (VI Encontro de Estudos da Linguagem e V Encontro Internacional de Estudos da Linguagem “Linguagem, Tecnologia e Espaço Social”), e desenvolvo questões já abordadas por ele. Para tanto, reúno e articulo formulações já desenvolvidas em outras ocasiões ao longo destes anos, publicadas sobretudo no blog transfeminismo.com.

O transfeminismo, ao propor representar politicamente sujeitos cujas expressões de gênero são lidas socialmente como da ordem do abjeto, falso ou impossível, se torna capaz de construir uma crítica ao mundo semanticamente normal do sexo. Travestis, transexuais e transgêneros são os sujeitos e objetos de discurso desta vertente feminista. O transfeminismo propõe fazer a crítica às formas de violência sexistas e também *transfóbicas* ao apontarem para a existência de uma estrutura social baseada em *cissexismo* ou *cisnormatividade* (JESUS; ALVES, 2012). O discurso transfeminista, desta forma, aciona em sua teoria, novas categorias analíticas para compreensão de vivências, questões ou problemáticas das pessoas transgêneras.

Proponho pensar o transfeminismo como um discurso capaz de trabalhar a historicidade do sexo tendo em vista as reivindicações políticas e discussões teóricas de sujeitos trans. Para tanto, vou me ater a certos aspectos políticos e simbólicos que a palavra cisgênero e suas derivações apresentam a partir da sua circulação pelo discurso transfeminista. Articularei estes aspectos com noções do campo dos estudos da linguagem como nomeação, enunciação, interlocução, silêncio e irrompimento de sentido no não-sentido.

Através de um diálogo teórico com a Análise do Discurso, procuro compreender os processos de resistência transfeministas como formas com que o discurso transfeminista produz, a partir de um gesto de interpretação, um olhar em relação aos corpos sexuados que lhes devolva a opacidade na medida em que novas relações de alteridade são construídas pela linguagem. Compreendemos o gesto de interpretação como um ato simbólico que intervém no mundo, como define Orlandi (2012).

Novas palavras irrompem do sistema da língua: *cisgênero*, *cisgeneridade*, *cisnormatividade*. Estes neologismos emergem para estabelecer, no discurso transfeminista, novas relações de determinação semântica entre palavras, especialmente entre os determinantes *cisgêneros* e *transgêneros* e os determinados *homens* e *mulheres*: homens cisgêneros, mulheres cisgêneras, em relação de antonímia com homens transgêneros e mulheres transgêneras, respectivamente.

Observamos as condições de produção histórica da emergência do discurso transfeminista no interior do campo feminista conjuntamente às discussões acerca da univocidade (e equivocidade) do sujeito feminista. Teóricas/os dos estudos de

gênero têm se questionado acerca da problemática das formas de representação homogêneas das mulheres neste campo de saber. Desta forma, haveria uma limitação política do feminismo na medida em que se parte, pela teoria, de uma noção de mulher enquanto evidência. Muitas evidências sobre o que é uma mulher são fornecidas pela ideologia. Uma delas, “sem dúvida”, diz respeito ao seu corpo. Partindo das considerações de Orlandi (2012b, p.92):

Como sabemos nem os sujeitos, nem os corpos, pensando-se a significação, são evidentes. Ainda é sempre a opacidade, a não transparência da linguagem, que se apresenta quando pensamos discursivamente. Ou, dito de outra forma, o corpo da linguagem e o corpo do sujeito não são transparentes. São atravessados de discursividade, efeitos de sentidos constituídos pelo confronto do simbólico com o político em um processo de memória que tem sua forma e funciona ideologicamente. O que redundava em dizer que, assim como as nossas palavras, nosso corpo já vem sendo significado, antes mesmo que não o tenhamos, conscientemente, significado.

Propomos pensar a existência simbólica dos corpos transgêneros como pontos de deriva possíveis ao mundo semanticamente normal que significa os corpos sexuados: na medida em que historicamente a mulher e o homem foram significados pela existência de seus corpos enquanto pré-construídos¹ (já significados como referências logicamente estáveis), o que pensar acerca de sujeitos cujos corpos não foram capazes de serem sustentados pelos seus gêneros como uma evidência? O que pensar dos corpos ininteligíveis, excluídos do regime de produção de verdades?

Dito de outra forma, compreendemos os corpos e os sentidos de transgeneridade como capazes de interrogar a própria existência das evidências do sexo como dados imutáveis pela crítica à cisnormatividade. Ponto em que o ritual ideológico de assujeitamento se apresenta como falha visível. Corpos de gênero erráticos – mal encaixados pelas máquinas de classificar - que clamam novos sentidos frente à história.

2 . ARTICULANDO A CISGENERIDADE, ENUNCIÇÃO E NORMATIVIDADE

É notável a mobilização de noções como cisgênero, cisgeneridade, cisnormatividade e cissexismo como categorias de análise por teóricas transfeministas. Serano (2007, p. 55) entende a cisgeneridade como o referencial a partir do qual a habilidade de se assignar e arbitrar os gêneros se baseia e Vergueiro (2015) como a norma regulatória a partir da qual as possibilidades de corpos e existências são medidas e um conceito analítico capaz de lidar com os efeitos de verdade em relação ao gênero. Disto decorre o entendimento da cisgeneridade como a posição a partir da qual a enunciação da própria identidade de gênero é autorizada como legítima e verdadeira. Em função disto, a cisgeneridade é pensada conjuntamente

¹ Pêcheux (2009) define o efeito de pré-construído como o “sempre-já-ai” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (“o mundo das coisas”).

com noções analíticas como normatividade ou normas de gênero e sexismo. Para Vergueiro (2015, p. 61), a cisgeneridade se constitui através dos seguintes traços: pré-discursividade², binariedade e permanência.

Coacci (2018, p. 217) observa que a divulgação do termo cisgênero foi um dos primeiros passos para a construção de uma perspectiva transfeminista no contexto brasileiro. Kaas (2012) entende que o termo, no interior de uma teoria transfeminista, busca “evidenciar o caráter ilusório da naturalidade da categoria cis” e define cissexismo como “a desconsideração da existência das pessoas trans* na sociedade” e o “apagamento de pessoas trans* politicamente por meio da negação das necessidades específicas dessas pessoas”. Portanto, para a autora, a cisgeneridade é uma condição sobretudo política, e seu funcionamento enquanto normatividade produz posições sociais de privilégio.

No interior do movimento feminista é notável a presença de correntes feministas hostis e contrárias às demandas e teorizações transfeministas. Tais correntes têm sido agrupadas mais frequentemente em torno do que se convencionou chamar como feminismo radical trans-excludente – precisamente em função de descrever um posicionamento feminista que é a favor da exclusão de perspectivas e demandas de travestis e mulheres transexuais no movimento feminista. A noção de cisgeneridade é criticada por estas posições feministas sobretudo na articulação entre cisgeneridade e relações de poder e privilégio.

Como estratégia argumentativa para sustentar essa posição, feministas radicais trans-excludentes frequentemente minimizam as situações sociais de violência transfóbica que pessoas trans estão expostas, em especial, pessoas transfemininas (travestis, mulheres transexuais e/ou transgêneras), chegando ao ponto de inclusive sugerir que mulheres trans e travestis de alguma forma consentiriam ou se “identificariam” com a violência social que estão expostas. Isto se dá por meio da ideia de que mulheres trans e travestis conscientemente se exporiam a estas violências ao escolherem transicionar para o gênero feminino.

Este raciocínio culpabilizante é tecido, mesmo que implicitamente, nas inúmeras situações de enfrentamento polêmico com transfeministas em que feministas radicais trans-excludente sistematicamente afirmam que a opressão que mulheres cisgêneras (ou dita por elas “fêmeas” ou simplesmente mulheres) estão expostas não decorre de uma escolha subjetiva ou identificação pessoal – dando entender, portanto, que a opressão de gênero que travestis e mulheres trans estão expostas decorreria de uma escolha subjetiva ou identificação pessoal.

A noção de privilégio cisgênero também é atacada por feministas radicais trans-excludentes ao associarem a condição de cisgeneridade de mulheres às inúmeras

2 A autora entende a pré-discursividade como os efeitos de verdade produzidos através de processos de localização do sexo em certas partes ou aspectos do corpo, tais como genitálias, cromossomos e hormônios.

situações de vulnerabilidade e opressão de gênero. Se a cisgeneridade, no caso de mulheres, é tomada como sinônimo direto ou metonímia da condição de “ser mulher”, e ser mulher, por sua vez, implica diretamente na situação de enfrentamento à violência de gênero, não faria sentido algum em dizer a respeito da existência de privilégio cisgênero, a não ser sob a ideia de que mulheres “consentiriam” ou se “identificariam” com a sua própria opressão³.

Uma das críticas ao uso da noção de cisgeneridade na teoria feminista é a alegação de que ela pressuporia que o alinhamento entre identidade de gênero e as expectativas sociais quanto ao gênero seria absoluto ou sem falhas. No entanto, de nossa posição, admitimos a possibilidade em falar a respeito da cisgeneridade sem pressupor que a concordância com as expectativas de gênero seja absoluta ou plena. Assumir a existência da identificação com as expectativas de gênero e nomeá-la como uma posição cisgênera é um gesto teórico muito diferente de dizer que essa identificação seja total ou absoluta, que ela não seja capaz de falhas, ou ainda que ela não seja em si mesma contraditória. Reconhecer isto nos permite a aproximação com a noção central de interpelação ideológica na Análise de Discurso que funciona precisamente pela falha do ritual ideológico - na medida em que estamos propondo aqui uma aproximação entre identidade de gênero e interpelação ideológica.

Alegar que o conceito de cisgeneridade seria inútil para a teorização feminista em função da inexistência da correspondência absoluta entre identidade e as expectativas normativas em relação a identidade, por sua vez, nos impede de reconhecer que a correspondência que poderíamos supor em nossa teoria feminista é precisamente falha, não absoluta, e portanto, relativa (possuindo, portanto, nuances). Este gesto de exclusão do conceito nos impediria, *a priori*, de conceber diversas nuances e o próprio refinamento analítico a respeito da identificação de correspondência do sujeito com as normas de gênero. Se a alguma posição ou interpretação do termo “cis” parece redutora ou ingênua, é “sinal de que sua própria compreensão de ‘trans’ também deve sê-la” (MOIRA, 2017, p. 369).

O transfeminismo propõe, assim, a constituição de um lugar de enunciação de si a partir da inscrição de uma temporalidade no discurso que se mostra como forma de produzir o sexo e subjetividades. O sexo é produzido no desenrolar do tempo da enunciação do sujeito que diz ser homem ou mulher. É justamente disso que se trata quando se supõe posições *cis* ou *trans* em relação ao gênero: um hiato entre um

3 Esta associação, no entanto, constitui um espantinho argumentativo das posições transfeministas, já que sofrer ou estar exposto a violências misóginas não exclui, em nosso entendimento, a possibilidade de usufruir de privilégio cisgênero, afinal, podemos compreender o privilégio cisgênero como a condição relativa à invulnerabilidade às violências especificamente transfóbicas, ao invés da invulnerabilidade à violência de gênero em si, que atinge mulheres cisgêneras. Assim, não é porque afirmamos que mulheres cisgêneras usufruem de privilégio cisgênero que as mulheres cisgêneras não poderiam ou deixariam de sofrer outras violências de gênero. Para uma posição transfeminista, *cisgênero não é sinônimo ou metonímia de mulher. Quanto aos embates com o feminismo radical trans-excludente, conferir Bagagli (2019; 2015). Para uma nuance analítica desta questão, conferir Vieira (2015).*

desígnio fundante (ao nascimento, sob efeito da transparência do discurso jurídico e médico) e uma atualidade capaz de ruptura e diferença. Estrutura e acontecimento que se inscrevem na constituição de uma identidade de gênero de um sujeito; o encontro de uma atualidade com a memória é assim representado no próprio discurso enquanto opacidade, no momento em que se enuncia.

Entendo que este aspecto constitui a peculiaridade do discurso transfeminista como agenciamento enunciativo: trabalha diferentemente os processos de identificação de gênero não enquanto evidências, mas como opacidades, processo este que tenciona os processos de subjetivação tendo em vista uma relação de alteridade. Compreendo, portanto, o transfeminismo como uma tomada de posição ética em relação à diferença que especifica os sujeitos trans. Segundo Pêcheux (1997, p. 54):

É porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a este outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias e as relações sociais, em redes de significantes.

3 . CISGENERIDADE, SILÊNCIO, NOMEAÇÃO E INTERLOCUÇÃO

Compreender como o silêncio significa me parece extremamente relevante para abordarmos a cisgeneridade. Aqui uso a noção de silêncio como forma de significar tal como formula Orlandi (2007), não enquanto falta ou ausência de sentido. Segundo a autora, trata-se de pensar uma forma do silêncio que não incorra no silêncio místico ou mágico (bastante explorado pelas religiões), mas o silêncio em sua materialidade significativa, enquanto presença e não enquanto o inefável.

A cisgeneridade funciona enquanto produtora de normas de gênero/sexo através do silêncio e também só pôde ser pensada (e então dita) porque algo (o gênero/sexo) se significou e se significa no silêncio. O silêncio, segundo Orlandi (2007) não é transparente e atua na passagem entre pensamento-palavra-coisa. Nesse sentido, quando a autora diz que “o silêncio é fundante”, podemos entender que o silêncio funda a cisgeneridade. Esse silêncio se dá ao mesmo tempo em que produz coerências e inteligibilidades às identidades dos sujeitos cisgêneros e interdições à plena identificação de gênero aos sujeitos transgêneros. Essa interdição é responsável pela produção de abjeções relacionadas à transgeneridade. Mas essa interdição também enseja formas de resistência pelos/as subalterno/as.

Então quando pensamos sobre formas de quebrar este silêncio (que se deu por um irromper da linguagem dentro do próprio silêncio) através da nomeação da cisgeneridade em um dito, vislumbramos implicações políticas (ou a ligação do simbólico com o político) e de deslizamentos de sentidos sobre “homens” e

“mulheres”. Isso porque “o silêncio intervém como parte da relação do sujeito com o dizível, permitindo os múltiplos sentidos ao tornar possível, ao sujeito, a elaboração de sua relação com os outros sentidos” (ORLANDI, 2007, p.89).

Essa quebra de silêncio (a linguagem) funciona como uma forma de “domesticação da significação”. Mas certamente este retorno à linguagem que o termo cisgênero proporciona não se trata de um retorno ao mesmo. Produz-se uma nova identidade através da linguagem, com uma coerência, totalidade e unicidade novas. Vejo que uma passagem pelo silêncio tornou possível uma fala improvável e subalterna de se irromper no silêncio, a fala das pessoas trans ao nomearem os normais, as pessoas cis. Vozes historicamente silenciadas assim como suas questões, suas vivências, perspectivas e opressões. Esse novo irromper da linguagem proporciona outras formas de interpretação de algo já aparentemente dado. Nesse processo apontamos as lacunas e os equívocos, questionando a completude do que foi dito.

Através da “passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras”, torna-se possível tanto o surgimento do sentido de cisgeneridade ou do termo cisgênero quanto a ocupação de um lugar emancipatório para o sujeito-transgênero: a relação com o Outro passa a ser redefinida. Aqui está a dimensão política do silêncio, na medida em que recorta o dizer, como define Orlandi. Podemos pensar o limiar da nomeação da cisgeneridade como um ato de linguagem que precisamente irrompe no silêncio.

É a partir desta perspectiva que podemos compreender como a nomeação da cisgeneridade envolve uma estranha-familiaridade. Afinal, é algo que está sempre “já lá”, mas a partir do momento em que ela surge como uma materialidade significativa em sua opacidade, há um estranhamento. O par estranheza-familiaridade joga com o absurdo-evidência, como também nos propõe Pêcheux (2009), ao relacionar com a questão do pré-construído. A evidência de que homens e mulheres sejam homens e mulheres esbarra no seu par estranheza-absurdo quando nos defrontamos com alteridades transgêneras. As determinações “homens nascidos homens”; “mulheres nascidas mulheres”; “homens e mulheres verdadeiros/as”; “biológicos/as” e “normais” mostram bem o ponto em que a familiaridade-evidência se choca com o absurdo-estranheza. Em todo caso, o que subjaz a todas essas formulações é o caráter de “absurdo” que uma possível alteridade que viria a se estabelecer entre pessoas cis e trans, o que nos remete a “evidência” ideológica que alguns homens e mulheres são mais verdadeiros/as/; biológicos/as; nascidos/as; normais do que outros.

Se assumimos a existência da transexualidade e a nomeamos, temos que assumir também a existência da cisgeneridade, mesmo que não tínhamos a nomeado ainda. Neste sentido trata-se da nomeação de algo que já existia e produzia efeitos. A ausência do termo não implica a inexistência daquilo que designa, precisamente

porque a cisgeneridade como uma norma funciona na produção de evidências sob o seu próprio mascaramento. Segundo Moira (2017), “o discurso científico, ao criar identidades abjetas quando nomeia o anormal, produz, *implicitamente*, o campo do normal, muito embora esse não tenha recebido um nome”. De forma semelhante, Hining (2020, p. 68) afirma que “os discursos e práticas que produziram a transexualidade são os mesmos que produziram a cisgeneridade” – a única diferença, assinalamos, reside no fato de que a transexualidade é produzida pelos discursos psíquicos tradicionais (com tendências psicopatologizantes) por meio de sua nomeação *explícita*, enquanto a cisgeneridade é produzida pela sua *implicação/pressuposição* como norma.

As nomeações das posições cis e trans não são simétricas (HINING, 2020 p. 51), elas estão implicadas em gestos teóricos distintos. Isto se exemplifica na problemática da etiologia, na qual as ciências psíquicas nomearam as identidades trans como tentativa de “explicá-las”, enquanto transfeministas nomeiam a cisgeneridade como forma justamente de escapar da problemática etiológica ou das práticas reguladoras e normatizadoras de corpos e identidades (HINING, 2020, p. 56). Para Hining (2020, p. 55), quando a medicina e a psiquiatria inventam as categorias de transexualismo e travestismo, foi para “marcar, identificar e normalizar o desvio”. Podemos depreender um processo de naturalização da cisgeneridade em virtude da ausência de sua nomeação. Assim, a partir do momento em que nomeamos a cisgeneridade, questionamos o efeito de evidência e naturalidade que a norma ou posição hegemônica produz. Podemos compreender o ato de nomear a cisgeneridade como um gesto de tornar visível o processo pelo qual ela se naturalizou - em certo sentido, portanto, tornar visível o que até então era invisível. Isto é, a passagem do silêncio ao irrompimento da palavra.

Por outro lado, ao nomearmos as identidades de gênero tendo em vista as posições cis e trans construímos ou propomos, neste ato de linguagem, uma nova simetria entre essas posições, pois trans deixa de se opor a biológico, normal, real ou verdadeiro. Neste sentido, a novidade não reside em “criar” a entidade normativa pelo ato de nomeação, mas a nomeação possibilita e funda um posicionamento crítico em relação a esta normatividade. A partir do momento em que transgênero se opõe a cisgênero, assumimos a posição segundo a qual a identidade de gênero de pessoas cis e trans são igualmente legítimas. Há reciprocidade possível entre posições que nomeamos como trans e cis que permitem relações autênticas de alteridade, mas não há alteridade possível entre trans, de um lado, e biológico, normal, real ou verdadeiro, do outro; pois não há reciprocidade entre estas posições, já que uma pressupõe a invalidação da outra como estando fora do registro da biologia, normalidade, realidade ou verdade. Dumaresq (2016) compreende a reciprocidade entre as posições cis e trans como uma questão de interlocução: não há interlocução

possível quando a assimetria entre posições cis e trans produz a invalidação da posição trans. A autora também assinala que a interlocução é condição para que pontos de vistas epistêmicos sejam constituídos (ibid., p. 128), ou seja, trata-se da condição de possibilidade de construirmos conhecimento a respeito destas questões. Assim, ao mesmo tempo em que, pela nomeação, assinalamos uma relação de poder que estabelecem assimetrias entre a forma como as identidades de pessoas cis e trans são socialmente interpretadas, nos engajamos na crítica das estruturas de poder que invalidam as identidades de gênero na posição trans.

As considerações de Orlandi (2011, p. 150) são relevantes para pensar a interlocução. A autora busca compreender a intersubjetividade como a interação entre falante e ouvinte no processo de interlocução. Trata-se, a partir da posição da autora, de sublinhar uma noção de interação que dê conta da simultaneidade das posições de ouvinte e falante, na qual “o eu e o outro” são reunidos “na sua relação dialética de reconhecimento ou conjuntura da interlocução” (ibid., p. 150). A autora propõe então uma tipologia do discurso tendo em vista a reversibilidade entre as posições de ouvinte e falante (consistindo numa espécie de “troca de papéis”): no discurso lúdico a reversibilidade é total; no polêmico ela se dá sob certas condições e no autoritário ela tende a zero (ibid., p. 154-155).

Voltando-nos para o processo de nomeação das posições cis e trans, no que se refere identificação de gênero: trata-se precisamente de um gesto simbólico que assinala a relevância da interação que promova a reversibilidade entre quem fala e ouve. A reversibilidade que Dumaresq (2016) nos aponta é entendida como condição necessária para que as vozes e perspectivas minoritárias dos sujeitos trans deixem de serem silenciadas, distorcidas ou subjugadas, ou ainda, como formula a autora, presumidas como “conhecimentos disfuncionais” (ibid., p. 130). O estancamento da reversibilidade entre as posições, vale lembrar, é caracterizado pela tipologia proposta por Orlandi precisamente como o discurso autoritário.

4 . RESISTÊNCIA E NÃO-SENTIDO

O que o gesto de interpretação transfeminista acerca do sexo desvela é a própria produção de subjetividades: se trata de poder dizer e como dizer quem pode ser homem ou mulher. É através da posição transfeminista que novas formas de ser homem ou mulher se tornam possíveis a partir de outra temporalidade enunciativa e uma ruptura com a memória. O transfeminismo realoca o corpo discursivamente simbolizado quanto ao seu gênero em relação ao tempo em uma relação de ruptura que permite o diferente irromper do não-sentido.

Pêcheux (1997) afirma acerca da existência de uma área intermediária entre o logicamente estabilizado e o não-estabilizado (derivados do jurídico, do administrativo,

das convenções da vida cotidiana e mesmo da medicina) na qual a Análise de Discurso pode intervir. Nesta direção, compreendo o transfeminismo como capaz de intervir no ponto em que as evidências lógico-práticas sobre o sexo falham no que se refere aos espaços administrativos da sua gestão social: na contestação da atribuição do desígnio de gênero ao nascimento como caráter pretensamente lógico-estabilizado. É na margem do sexo em sua equivocidade que o transfeminismo se torna capaz de interrogar o feminismo, espaço este que delimita quais corpos, quais práticas e quais subjetividades são verdadeiros. Margem que dá brecha à interpretação.

Pertencer a algum sexo, portanto, não pode ser completamente encoberto segundo proposições lógicas (verdadeiro ou falso) ou com interrogações disjuntivas (o estado de coisas é x ou não-x?) referentes à atribuição de gênero com base em identificações pela genitália. O transfeminismo é resistente à normalização do pensamento em relação ao sexo, crítico dos efeitos operados pelo sistema jurídico e médico que tomam a identidade de gênero do sujeito como reflexo lógico-empírico de uma atribuição de gênero ao nascimento.

Orlandi (1998) afirma que a incompletude do sujeito permite a deriva e o trabalho dos sentidos que o constituem; desta forma, o sentido não se resume a um conteúdo. Diremos então, a partir de um posicionamento transfeminista, que o sexo não é um conteúdo do sujeito, mas um fato historicamente determinado que se inscreve no corpo e clama por sentidos. Tornar visível a materialidade do sexo é o mesmo que fazer a sua historicização e, desta forma, tornar opaco o seu modo de constituição e funcionamento.

Pêcheux (1990, p.17) entende como uma forma de resistência possível se “despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do não-sentido”. O não-sentido é entendido como espaço possível para irrupção de sentidos novos que tem a potencialidade de afetar o real da história. Neste aspecto, Gadet e Pêcheux (2010, p.64) afirmam que “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”. Desta forma, entendo que *cisgênero* adquire sentido no discurso transfeminista a partir do não-sentido. Enunciar o discurso transfeminista implica entrecruzar um ponto paradoxal: no momento que se atinge uma saturação semântica pelas relações de determinação, se entrepõe o efeito de sem-sentido. Falar em *cisgênero* e em *cisgeneridade* frequentemente parece não fazer sentido.

O estranhamento em relação à significação da palavra *cisgênero* desvela como o não-sentido é capaz de produzir um efeito de sem-sentido. Para compreender esta relação, considero a distinção que tece Orlandi (1998) entre o não-sentido e o sem-sentido. Segundo a autora, o não-sentido é da ordem do interdiscurso e da relação

com o Outro, domínio da memória em que há movimento possível dos sentidos e dos sujeitos, sendo, desta forma, entendido como horizonte de possibilidade (e não do vazio); o sem-sentido, por sua vez, deriva do efeito imaginário que produz evidência e estabilização em relação ao outro, gerando o efeito de apagamento da margem (como exclusão) e do possível através do efeito de saturação.

Compreendo que a prática de resistência transfeminista necessita estabelecer sentido a fim do não-sentido – o qual é a origem do sentido - não deslizar para o efeito de sem-sentido que reproduziria o discurso da dominação (ou melhor, do silenciamento). O sem-sentido como efeito que significa a palavra cisgênero se dá através da saturação do imaginário em relação aos homens e mulheres. Neste funcionamento, não há espaço possível na memória que travestis, transexuais e transgêneros possam habitar; a saturação de sentidos produz margens que excluem a possibilidade do trabalho dos sentidos e de identificação por estes sujeitos. O sem-sentido estanca a movimentação de sentidos possíveis para os sujeitos transgêneros.

Neste aspecto, o transfeminismo produz um efeito de desconstrução desta saturação de sentidos sobre homens e mulheres, o que permite outra forma de constituição da subjetividade; permite o trabalho de significação por parte destes sujeitos localizados não mais à margem produtora de abjeções, impossibilidades, ininteligibilidades ou silenciamentos. A margem é redefinida em direção à alteridade, à possibilidade de afirmação de formas de vidas diferentes. Este processo estabelece uma nova relação entre subjetividade e equivocidade. Segundo Orlandi (1998, p.58), a subjetividade é o acontecimento da estrutura significante no homem, ou seja, “é como a língua - sujeita a equívoco - acontece no homem [...] não se pode trabalhar o sujeito sem o discurso, deste modo, compreender o sujeito é compreender como funciona a língua”.

De minha posição, argumento que o discurso transfeminista seja capaz de afetar o processo de historicização dos sentidos sobre o sexo de forma a alterar a própria constituição da forma-sujeito. Isto, contudo, não está alheio às injunções à estabilização, à fixidez em relação a estes novos sentidos sobre homens e mulheres que a partir do momento em que se desterritorializam, adquirem novos contornos e se reterritorializam. Trata-se, de qualquer forma, de compreender novos e contraditórios percursos de significação na história do movimento feminista; deixar margem para o possível advir do impossível. Em que pese as articulações e demandas transfeministas estarem cada vez mais presentes no espaço público, ainda há muita história e luta de transexuais, travestis e transgêneros para se fazer e contar.

REFERÊNCIAS

- BAGAGLI, B. P. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo**. Dissertação (mestrado) - UNICAMP, IEL, Campinas, 2019.
- _____. **“Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”**. Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2015.
- COACCI, T. **CONHECIMENTO PRECÁRIO E CONHECIMENTO CONTRA-PÚBLICO: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.
- DUMARESQ, L. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 121-131, 2016.
- GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes, 2ª edição, 2010.
- HINING, A. S. **Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. 2020.
- JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, nov. 2012.
- KAAS, H. O que é cissexismo? **Transfeminismo**. 2012. Acesso: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>
- MOIRA, A. R. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. – 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. **Interpretação**, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico – 6ª Edição, Campinas: Pontes Editores. 2012a.
- _____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012b.
- _____. Do não-sentido e do sem-sentido. In: L.C.U. Junqueira Filho (org.) **Silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- _____. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. 6ª Edição. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. 4ª Edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. Delimitações, inversões e deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**. V.19. p. 7-24. Campinas, 1990.
- SERANO, J. **Whipping girl: A transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity**. Berkeley: Seal Press. 2007.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade** (Dissertação de Mestrado). UFBA, Salvador. 2015

VIEIRA, H. Toda cisgeneridade é a mesma? Subalternidade nas experiências normativas. **Geledés**. 2015. Acesso: <https://www.geledes.org.br/toda-cisgeneridade-e-a-mesmasubalternidade-nas-experiencias-normativas/>

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Mauriceia Silva de Paula Vieira - Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação e na pós-graduação. Possui experiência docente na educação básica, na formação continuada de professores alfabetizadores e de professores de língua portuguesa. Suas pesquisas se inserem nas seguintes áreas: ensino de língua portuguesa; leitura e práticas de letramentos; letramento digital e uso de tecnologias; análise linguística/semiótica em perspectiva funcionalista.

Patricia Vasconcelos Almeida - Pós doutora em Linguagem e Tecnologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora associada da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação em Letras e na pós-graduação nos programas de Educação (mestrado profissional) e de Letras (mestrado acadêmico). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - Tecnologias e Práticas Digitais no ensino-aprendizagem de línguas. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras mediado pelas tecnologias digitais, tecnologia educacional, ambientes virtuais de aprendizagem.

ÍNDICE REMISSIVO

A

A cartomante 39, 46, 47, 48

Análise de Discurso 105, 106, 107, 118, 131, 138, 143, 148, 164, 175

Anúncio 8, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Aspectos Estilísticos 70, 79

B

Bibliotecas Comunitárias 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23

Bibliotecas digitais 9, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 176

C

Cinema 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61

Círculo de leitura 18, 19

Comunidade Surda 8, 119, 120, 121, 125, 128, 129, 137

D

Dialógico 60, 65

Direito de Expressão 152, 159

Ditadura militar 21, 24, 25, 26, 28, 30, 34, 35, 38, 62

Drama moderno 60, 61, 64, 65, 68, 69

E

Escrita 6, 7, 8, 1, 3, 4, 5, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 37, 41, 43, 45, 54, 62, 66, 70, 73, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 98, 106, 107, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 124, 125, 127, 167, 175

Escrita e oralidade 82, 83

Estética 7, 37, 38, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 80, 130

Etiqueta 8, 152, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162

F

Feminismo 139, 141, 142, 143, 148, 150

G

Gênero 8, 41, 42, 57, 64, 81, 91, 92, 96, 97, 99, 101, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 151

I

Implicações pedagógicas 82, 83, 85

Inclusão escolar 8, 128, 131

L

Leitura e escrita 1, 3, 5, 9, 14, 15, 22, 76, 106

Libras 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 136, 137

Língua Portuguesa 8, 9, 40, 71, 72, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 91, 117, 119, 120, 122, 125, 126, 130, 177

Lúdico 5, 6, 12, 110, 111, 117, 147

M

Memória 20, 24, 26, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 49, 51, 80, 106, 109, 114, 115, 116, 118, 141, 144, 147, 149, 158, 166, 175

Mulheres Indígenas 8, 152, 153, 154, 159, 160, 161, 162, 163

Multimodalidade 92, 93, 94, 96, 97, 100, 104, 105

N

Narração 24, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 55, 56

Narrativa musical 39, 40, 45

O

Opera 39, 40, 156

P

Prática de Ensino 8, 119, 122, 126

Práticas de leitura 6, 5, 13, 14, 15, 18, 19, 22

Produção Textual 70, 71, 72, 73, 76, 78, 90, 91, 130

Psicanálise 106, 107, 111, 117, 132

Publicidade 52, 55, 92

R

Resistência 6, 7, 13, 21, 22, 28, 49, 51, 53, 54, 56, 58, 135, 139, 140, 144, 147, 148, 149

S

Subjetividade 8, 24, 33, 37, 49, 51, 67, 106, 107, 110, 115, 117, 139, 149, 155, 156

Surdo 8, 120, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

T

Tragédia 36, 41, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77

Transexualidade 139, 145, 146



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**